



CLIPPING



10 de
Setembro
2021

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70



EM **POUCAS** LINHAS

● A Defensoria Pública do Pará promoverá, hoje, uma programação especial para comemorar os 31 anos do Código de Defesa do Consumidor.

● Serão realizadas audiências de conciliação e haverá também orientação jurídica sobre o direito do consumidor, além de parceria com a Equatorial Energia, para trocas de lâmpadas e realização de cadastros de usuários de baixa renda.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MÃE E FILHA MORRERAM

Investigações sobre acidente
avançam para a 2ª etapa

INQUÉRITO - Polícia Civil aguarda os resultados das perícias solicitadas aos órgãos competentes

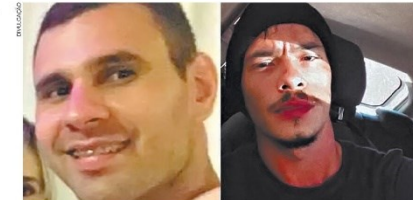
ANA LAURA CARVALHO
DA REDAÇÃO

A Polícia Civil do Pará (PCPA) informou que já concluiu a primeira etapa do inquérito policial que investiga o grave acidente entre dois carros de passeio, que matou mãe e filha, na avenida Nazaré, na madrugada do dia 26 de agosto. De acordo com a PCPA, o inquérito foi remetido à justiça.

Agora, deve entrar em curso a segunda etapa das investigações: "A PC esclarece, ainda, que aguarda os resultados das perícias solicitadas aos órgãos competentes", informou a instituição, por meio de nota emitida na tarde desta quarta-feira, 8.

O comunicado reforçou também que condutor apontado como causador do acidente, identificado como Allan Rocha, responderá por duplo homicídio doloso e lesão corporal grave. No dia 27 de agosto, um dia após o acidente, a Justiça do Pará converteu a prisão em flagrante delito de Allan em prisão preventiva.

Allan, que estava acompanhado de uma mulher identificada como Nicole Monteiro Dias,



Leandro Nascimento e Allan Rocha sobreviveram ao acidente de carro do dia 26 de agosto

era quem dirigia o Ford Ka prata que colidiu violentamente com um Honda Civic preto, onde estavam o motorista Leandro Nascimento Torres, a esposa dele, Renata Corrêa Bezerra, e a filha, Maria Luíza Corrêa Torres, de dois anos. Mãe e filha não resistiram à gravidade da batida e morreram.

Allan foi levado para o Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência (HME) em Ananindeua, onde está à disposição da Justiça. Em nota, a Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) informou, nesta quinta-feira (9), que Allan está sob custódia do sistema penal. Ele deve ser conduzido para uma unidade prisional, assim que receber



Justiça

Acusações
Condutor
apontado como
causador do
acidente, identi-
ficado como
Allan Rocha,
responderá por
duplo homicídio
doloso e lesão
corporal grave

alta médica. O estado de saúde dele é desconhecido, pois a unidade não divulga informações sobre seus pacientes sem auto-

rização da família.

Também na manhã desta quinta-feira, o representante jurídico de Leandro Torres e sua família, advogado Danilo Garcia, informou à reportagem de O Liberal que, até hoje, "ninguém se apresentou para defender Allan e tentar um acordo para reparar os danos materiais provocados pelo acidente". "O carro que ele (Allan) usava era alugado de uma locadora de um amigo dele lá do Juruá, nós já tentamos entrar em contato, mas não teve acordo", afirmou.

A equipe da Redação Integrada de O LIBERAL segue tentando contato com a família ou defesa de Allan Rocha para ouvir sua versão sobre o caso.

EM ITAITUBA

Operação investiga
extração ilegal de ouroJOÃO PAULO JUSSARA
DA REDAÇÃO

A Polícia Federal deflagrou, na manhã de quinta-feira (9), a Operação Golden Rush, para investigar uma organização criminosa acusada de extração ilegal de ouro no Pará. Cerca de 30 policiais cumpriram mandado de busca e apreensão em uma mineradora no distrito de Água Branca, em Itaituba. Durante o cumprimento do mandado, uma pessoa foi presa em flagrante por posse de arma de fogo com numeração raspada.

Segundo informações da PF, o mandado visava identificar o local da extração mineral e coletar amostras de ouro para o Banco Nacional de Perfis Auríferos, projeto integrante do Programa Ouro Alvo. As medidas foram

determinadas pelos juízes da 1ª e 2ª Vara Federal de Jundiá (SP).

As investigações iniciaram após apreensões de cargas de ouro em aeroportos de São Paulo em agosto deste ano. Com a utilização de imagens de satélite, ficou caracterizado o emprego indevido de Guia de Utilização, concessão que deveria ser utilizada de forma limitada durante a fase de pesquisa mineral, mas teria sido empregada para dar roupagem de legalidade em transações ilícitas.

Ainda de acordo com a PF, os investigados devem responder pelos crimes de usurpação de patrimônio da União, falsidade ideológica, grilagem de terras públicas, organização criminosa e diversos outros crimes contra a flora, tipificados na Lei 9.605, de 1998.



Mandado de busca e apreensão em uma mineradora no distrito de Água Branca resultou em uma prisão

PEIXES ORNAMENTAIS

PRF faz apreensões em Altamira

JOÃO PAULO JUSSARA
DA REDAÇÃO

Mais uma apreensão de peixes ornamentais foi realizada na quinta-feira (9) no município de Altamira, sudoeste do Pará. Durante a madrugada, a Polícia Rodoviária Federal (PRF), após investigação da Polícia Federal (PF), abordou um veículo na rodovia BR-230 que estava transportando cerca de 100 peixes de uma espécie oriunda do Rio Xingu e ameaçada de extinção. Dois homens foram presos em flagrante e vão responder por tráfico de peixes ornamentais. Esta é a quinta apreensão do tipo realizada em menos de um ano.

A PRF informou que o veículo foi abordado na entrada do Ramal dos Coços, próximo à rotatória de acesso à Vitória do Xingu. Durante a abordagem, os policiais teriam percebido o nervosismo da dupla, que negou estar transportando algo ilícito. Os documentos foram solicitados e estavam em conformidade com a legislação.

Os policiais, então, realizaram uma busca no automóvel e encontraram um pequeno volume de água e aproximadamente 100 peixes da espécie *Hypoclinemus zebra*, conhecida popularmente como Cascudo-zebra.

Questionados, os homens teriam dito que sabiam que aquilo era ilegal, pois um deles já havia sido preso em 2015 no aeroporto de Manaus (AM) transportando uma carga de 490 unidades da mesma espécie.

Os dois acusados receberam voz de prisão e foram conduzidos à Delegacia de Polícia Federal de Altamira, onde foram autuados em flagrante. Eles vão responder pelo crime de tráfico de peixes ornamentais, incluído no artigo 34, inciso III da Lei 9.605, de 1998, cuja pena pode chegar a até três anos de prisão.

APREENSÃO

Esta é a quinta apreensão de peixes ornamentais em Altamira realizada em menos de um ano.

Todas as outras apreensões foram no aeroporto do município. A última delas foi no último dia 24 de agosto, quando um homem de 39 anos foi preso tentando embarcar para Manaus (AM) com cerca de 700 peixes da espécie Cascudo-zebra. As investigações da PF apontam que há uma grande quadrilha especializada no tráfico internacional de peixes atuando na região.



Veículo transportava cerca de 100 peixes de espécie ameaçada de extinção

PORN REVENGE

Acusado de divulgar 'pornô'
sem autorização é preso

A Polícia Civil do Pará (PCPA) prendeu, na manhã de quinta-feira (9), um homem acusado pelos crimes de divulgação de cena de sexo, nudez ou pornografia sem autorização, falsa identidade, ameaça e perseguição. Os crimes teriam sido praticados no Pará, mas o acusado havia fugido para o estado do Rio de Janeiro, onde foi localizado e preso. A ação integra a Operação "Porn Revenge", que foi coordenada pela Divisão de Combate a Crimes Contra Grupos Vulneráveis Praticados por Meios Cibernéticos (DCCV).

Segundo a PC, as vítimas parenses denunciaram o caso e imediatamente as investigações foram iniciadas. De posse das informações, a equipe policial se deslocou à capital do Rio de Janeiro, onde foi cumprido um mandado de prisão preventiva e de quebra de sigilo telemático expedido pela 1ª Vara de Inquéritos Policiais e Medidas Cautelares de Belém.

O homem vai responder pelos quatro crimes, cujas penas, somadas, podem ultrapassar oito anos de prisão. O levantamento do caso foi iniciado há cerca de dez meses, segundo a PC.



Homem que teria cometido os crimes no Pará foi encontrado no Rio de Janeiro

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER DIÁRIO

DENÚNCIA

O Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), por meio dos promotores de Justiça, ofereceu duas denúncias criminais contra 11 integrantes da cúpula da facção criminosa Comando Vermelho perante a Vara de Combate às Organizações Criminosas. Todos os denunciados são ocupantes dos cargos de “conselheiros finais” e acusados da prática de organização criminosa. A maior parte dos denunciados já teve a transferência para presídios federais providenciada pela Secretaria de Estado para Assuntos Penitenciários.

'OPERAÇÃO PORN REVENGE' PRESO POR CRIMES CIBERNÉTICOS



O caso está sendo investigado há 10 meses quando o suspeito fugiu para o Rio de Janeiro. FOTO: DIVULGAÇÃO

Suspeito responderá por crimes de divulgação de cena de sexo, nudez ou pornografia sem autorização, falsa identidade, ameaça e stalking, praticados contra duas vítimas. Acusado foi preso pela PCPA no Rio

EM CANA

A Polícia Civil do Pará, por meio da Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos, deflagrou na manhã desta quinta-feira (09) a primeira fase da "Operação Porn Revenge", que foi coordenada pela Divisão de Combate a Crimes contra grupos vulneráveis praticados por meios cibernéticos. Vítimas do Pará denunciaram o caso à PC, que de forma célere iniciou as investigações.

De posse de informações, a equipe policial se deslocou até a capital do Rio de Janeiro, onde foi cumprido um mandado de prisão preventiva e de quebra de sigilo telemático expedido pela 1ª Vara de Inquéritos Policiais e Medidas Cautelares de Belém.

O homem responderá por crimes de divulgação de cena de sexo, nudez ou pornografia sem autorização, falsa identidade, ameaça e stalking, praticados contra duas vítimas. O levantamento do caso foi iniciado há cerca de 10 meses, quando o investigado fugiu, sendo localizado na capital carioca.

A ação policial contou com o apoio da Delegacia de Repressão a Crimes Informáticos- DRCL, da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. O homem preso já está à disposição da Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**SEXTA-FEIRA**

**HOMEM É MORTO A PAULADAS
EM SOURE, NO MARAJÓ**

PÁGINA 5

Diário do Pará**POLÍCIA****PM DEU O FLAGRA****PRESO COM DROGAS EM CURUÇÁ****TRÁFICO**

Tiago Silva
DE CASTANHAL

Na manhã de ontem, por volta das 11h, os sargentos Giovanni, Freire, Sebastião e o Cabo Fonseca realizavam rondas pelo bairro da Marambaia quando, na rua 25 de Março, na cidade de Curuçá, região do nordeste paraense, abordaram um suspeito que estava em frente a uma residência que já estava sendo monitorada por ser ponto de tráfico de drogas.

Após ser questionado sobre seu endereço, o suspeito indicou uma residência de portão laranja. Foi pedido a autorização de entrada ao proprietário, identificado como Riquelme Eduardo dos Santos Gurjão e, durante uma revista realizada no imóvel, a guarnição da PM encontrou 35 porções de pasta base de cocaína e mais 300 gramas da mesma substância. Ainda no imóvel, foram apreendidos os seguintes materiais: uma balança de precisão, sacos plásticos e dois carrinhos de linha (apetrechos usados durante o embalo dos entorpecentes).

Todo o material apreendido foi apresentado na Delegacia de Polícia Civil de Curuçá, onde o acusado Riquelme Eduardo dos Santos Gurjão ficou de ser autuado em flagrante delito pelo crime de tráfico de drogas.



A PM encontrou muita droga
em poder de um homem, que
foi enquadrado por tráfico
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MP instaura procedimentos para investigar improbidade administrativa

Os procedimentos foram instaurados para investigar casos de improbidade administrativa, em tese, cometidos pela prefeitura de Paragominas

PARAGOMINAS

DA REDAÇÃO

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio do promotor de Justiça Carlos Lamarck Magno Barbosa, instaurou Procedimentos Preparatórios (PP) para investigar possíveis casos de improbidade administrativa e de possíveis irregularidades no despejo de resíduos líquidos em via pública no município de Paragominas.

Os procedimentos visam apurar e investigar supostas violações de direitos de servidores municipais, em tese, cometidas pelo prefeito de Paragominas e outros agentes políticos e para responsabilização de supostas contratações irregulares pela prefeitura de Paragominas, em tese, sem observância de licitação, envolvendo valores exorbitantes, que não tiveram a devida publicidade dos atos. Os dois casos configuram possivelmente atos de improbidade administrativa, segundo a Lei nº 8.429 (de 2 de junho de 1992).

Além desses casos, há também um procedimento para apuração e responsabilização sobre pos-

síveis irregularidades em relação ao despejo de resíduos líquidos em via pública, que afetam propriedade particular, causando risco de dano ambiental.

Dentre as providências dos casos, o promotor designou um servidor do MPPA para secretariar os procedimentos preparatórios. (Ascom MP)



Os procedimentos visam apurar e investigar supostas violações de direitos de servidores municipais
FOTO: PMP

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Investigações sobre acidente que matou mãe e filha avançam à segunda etapa

Polícia Civil informou que aguarda os resultados das perícias solicitadas

O Liberal

09.09.21 12h34



Allan Rocha (à direita) será conduzido a uma unidade prisional assim que receber alta médica do Hospital Metropolitano (Reprodução/Redes Sociais)

A Polícia Civil do Pará (PC-PA) informou que já concluiu a primeira etapa do inquérito policial que investiga o grave acidente entre dois carros de passeio, que matou mãe e filha, na avenida Nazaré, na madrugada do dia 26 de agosto. De acordo com a PC-PA, o inquérito foi remetido à justiça. Agora, deve entrar em curso a segunda etapa das investigações: “A PC

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

esclarece, ainda, que aguarda os resultados das perícias solicitadas aos órgãos competentes”, informou a instituição, por meio de nota emitida na tarde desta quarta-feira, 8.

O comunicado reforçou também que o motorista apontado como causador do acidente, identificado como Allan Rocha, responderá por duplo homicídio doloso e lesão corporal grave. No dia 27 de agosto, um dia após o acidente, a Justiça do Pará converteu a prisão em flagrante delito de Allan em prisão preventiva. Allan, que estava acompanhado de uma mulher identificada como Nicole Monteiro Dias, era quem dirigia o Ford Ka prata que colidiu violentamente com um Honda Civic preto, onde estavam o motorista Leandro Nascimento Torres, a esposa dele, Renata Corrêa Bezerra, e a filha, Maria Luiza Corrêa Torres, de dois anos. Mãe e filha não resistiram à gravidade da batida e morreram.

Allan foi levado para o Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência (HMUE), em Ananindeua, onde está à disposição da Justiça. Em nota, a Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) informou, nesta quinta-feira (9), que Allan está sob custódia do sistema penal. Ele deve ser conduzido para uma unidade prisional, assim que receber alta médica. O estado de saúde dele é desconhecido, pois a unidade não divulga informações sobre seus pacientes sem autorização da família.

Também na manhã desta quinta-feira, o representante jurídico de Leandro Torres e sua família, advogado Danilo Garcia, informou à reportagem de O Liberal que, até hoje, “ninguém se apresentou para defender Allan e tentar um acordo para reparar os danos materiais provocados pelo acidente”. “O carro que ele (Allan) usava era alugado de uma locadora de um amigo dele lá do Jurunas, nós já tentamos entrar em contato, mas não teve acordo”, afirmou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Colisão em Nazaré: motorista intubado e passageira deixa UTI

O acidente aconteceu no final do mês de agosto na avenida Nazaré, em Belém. Mãe e a filha de dois anos morreram.

quinta-feira, 09/09/2021, 15:56 - Atualizado em 09/09/2021, 18:53

- Autor: **Diário Online**



O veículo que estava pai, mãe e filha ficou completamente destruído. | Via WhatsApp

Duas pessoas, sendo a **mãe e a filha de apenas dois anos, morreram** em uma colisão entre dois carros na avenida Nazaré, em Belém. Elas foram identificadas como Renata Corrêa Bezerra e Maria Luiza Corrêa Torres, respectivamente.

Leandro Torres, marido de Renata e pai de Ana Luiza, dirigia o veículo que foi atingido e sobreviveu. **Ele falou sobre a tragédia após receber alta médica.**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O outro veículo estava sendo conduzido por Allan Henrique das Chagas Rocha. Ele teve a prisão preventiva decretada pela Justiça do Pará e, mesmo internado no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência (HMUE), **já está sob custódia do sistema penal.**

De acordo com informações obtidas por uma fonte do DOL, nesta quinta-feira (09), Allan Rocha segue internado em estado grave e intubado na Unidade de Tratamento Intensiva (UTI).

Nicole Dias, que estava no veículo com Allan Rocha, também foi levada para o HMUE, onde também chegou a ficar intubada. Ela recebeu alta da UTI no último sábado (04) e segue internada na enfermaria do hospital. O estado de saúde é considerado estável.

A Polícia Civil do Pará, por meio da Seccional de São Brás, informa que o inquérito policial do caso foi remetido à justiça. A PC esclarece, ainda, que aguarda o resultado das perícias solicitadas aos órgãos competentes. O motorista apontado como causador do acidente foi preso em flagrante e responderá por duplo homicídio doloso e lesão corporal grave. O mesmo ainda encontra-se internado em um hospital na RMB, à disposição da justiça. A PCPA esclarece que irá ouvir Nicole, em breve, quando a jovem estiver apta a prestar sua versão sobre o fato.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Conselho vota contra funcionamento do Atacadão em orla

A decisão foi unânime para conter o funcionamento do estabelecimento no local

quinta-feira, 09/09/2021, 14:04 - Atualizado em 09/09/2021, 15:48

- Autor: **Redação**



A instalação de um supermercado na orla de Belém continua sendo discutida. Em meio a muitos protestos e análises de especialistas sobre os mais diversos impactos provocados no futuro, o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) autorizou, por meio do desembargador Roberto Gonçalves de Moura a abertura da filial, em agosto deste ano.

Apesar da decisão, a Prefeitura de Belém ressaltou que continuaria exercendo a “competência de licenciamento urbanístico e ambiental do Atacadão, de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

acordo com a legislação vigente e a favor do interesse público” e destacou que o empreendimento “não dispõe de todas as licenças obrigatórias”.

PUBLICIDADE

Nesta quinta-feira (9), o Conselho Municipal de Meio Ambiente decidiu, por unanimidade, votar contra o licenciamento do Atacadão na orla. O anúncio sobre a decisão foi feito em uma rede social do vereador Fernando Carneiro, que comemorou a decisão.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Operação da PF mira garimpo ilegal dentro da Terra Indígena Munduruku, no PA; uma pessoa foi presa

Além da prisão, os policiais federais também cumpriram três mandados de busca e apreensão em Itaituba, sudoeste do estado.

Por G1 PA — Belém

09/09/2021 22h54 Atualizado há 11 horas



Operação da PF mira garimpo ilegal dentro da Terra Indígena Munduruku, no Pará. — Foto: Reprodução / PF

A terceira fase da **operação Bezerro de Ouro**, deflagrada pela Polícia Federal (PF) nesta quinta (9), cumpriu três mandados de busca e apreensão e um de prisão expedidos pela Justiça Federal, em Itaituba, sudoeste do Pará.

A ação investiga garimpos ilegais de ouro no interior da Terra Indígena Munduruku, uma das mais devastadas pela atividade irregular na Amazônia.

- **Combate a garimpos ilegais no Pará: o que se sabe e o que falta saber**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Foram apreendidos aparelhos celulares, bloqueio e sequestro de bens. O alvo da operação não foi divulgado pela PF.

A Justiça Federal informou, por meio de assessoria, que a determinação dos mandados corre sob sigilo.

Segundo a PF, o inquérito policial que deu origem às medidas cumpridas nesta quinta investiga o crime de usurpação mineral - que prevê pena de prisão de um a cinco anos, além de multa.

Operação

A primeira fase da operação Bezerra de Ouro foi deflagrada em 6 de agosto de 2020. À época, foram seis mandados de busca e apreensão e sequestro de bens.

Em seguida, a segunda fase, em 25 de setembro daquele ano, foi uma ação conjunta da PF com a Força Aérea Brasileira, Exército e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), fazendo incursão dentro da TI Munduruku. O objetivo foi desativar garimpos ilegalmente instalados dentro da área protegida por lei.

Em nota, a PF disse que a legislação brasileira não permite a obtenção de lavras garimpeiras dentro de áreas demarcadas como Terra Indígena e que, por isso, os garimpos dentro destas áreas são alvos da operação e considerados ilegais.

Motoxista que tentou matar vítima a facadas em desfile de carnaval em Belém é condenado 8 anos de prisão

Crime ocorreu durante briga envolvendo duas adolescentes de 13 e 15 anos, em fevereiro de 2020.

Por G1 PA — Belém

09/09/2021 18h21 Atualizado há 16 horas

O mototaxista Leonardo Amaral Saraiva, de 35 anos, foi condenado por tentativa de homicídio qualificado contra Maicon Brilhante Bastos, de 26 anos. As informações são desta quinta-feira (9), após decisão do 4º. Tribunal do Júri de Belém.

A pena imposta ao réu, que está preso desde à época do cometimento do crime de tentativa de homicídio, foi fixada em 8 anos de reclusão em regime inicial semiaberto. Na sentença, foi mantida a prisão do réu, sendo negado o direito de recorrer em liberdade e mantida a prisão do condenado.

O crime ocorreu durante uma festa carnavalesca realizada em Icoaraci, distrito de Belém, na rua Quinze de Agosto, durante a passagem do bloco “Rabo do Peru, por volta de 18h, do dia 26 de fevereiro de 2020.

A briga entre adolescentes de 13 e de 15 anos foi o estopim do assassinato. As jovens, acompanhadas de familiares e dos respectivos namorados, começaram a se agredir em via pública assim que se encontraram durante a passagem do bloco. A adolescente de 13 anos já tinha ameaçado espancar a garota de 15 anos por esta ter postado em rede social vídeo da irmã da adolescente de 13 anos, brigando com outra menina, numa praça do município.

Familiares do namorado da jovem de 15 anos foram apartar a briga das garotas, quando o namorado da adolescente de 13 anos passou a espancar a jovem de 15 anos. A vítima, Maicon Barbosa, amigo dos pais do namorado da jovem de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

15 anos, tentou conter o namorado da jovem de 13 anos, segurando pelos braços, quando começou a ser agredido. Em seguida, o padrasto do namorado da menina de 13 anos, portando uma faca começou a desferir várias facadas em Maicon.

Ele foi socorrido pelos familiares da jovem de 15 anos. Toda a ação foi gravada em vídeo e passou a circular nas redes sociais, tendo a polícia chegado ao acusado.

O júri

A decisão acatou a acusação sustentada pelo promotor de justiça Samir Jorge Dahás, que atuou no júri. O promotor considerou que o réu cometeu crime de homicídio qualificado por meio de emboscada. A vítima foi esfaqueada pelo réu ao tentar conter, segurando pelos braços, o filho do réu que agredia a adolescente de 15 anos.

O defensor público Domingos Lopes Pereira, que promoveu a defesa do réu, sustentou a tese absolutória de que o réu agiu em legítima defesa de terceiro. Para o defensor, o réu agiu pelo instinto paterno e que foi em auxílio ao enteado ao ver um homem lhe agredindo. O defensor também requereu aos jurados, caso não acolhessem a legítima defesa, desclassificar o crime de tentativa de homicídio para lesão corporal para efeito de uma pena menor.

A vítima compareceu ao júri e contou que não conhecia ninguém do grupo do jovem agressor e nem a rixa das duas meninas que começaram a briga. Ele disse que ao ver a adolescente sendo espancada pelo namorado da outra jovem foi conter o agressor, segurando-o pelos braços, quando surgiu um outro homem e começou a bater e cortar Maicon com gargalo de garrafa. A vítima relatou que tentou se desvencilhar das agressões quando apareceu o réu Leonardo Amaral Saraiva, portando uma faca, passou a lhe golpear.

Em interrogatório, o réu relatou que esfaqueou a vítima para defender o enteado. O réu negou que portava a arma e que um outro homem teria lhe passado a faca.

Reunião no MPPA discute preservação do patrimônio histórico e arqueológico de Santarém, Mojuí e Belterra

Um grupo de trabalho deve ser composto com as representações escolares, para discutir quais ações necessárias para implantar a temática nas escolas.

Por G1 Santarém — PA

10/09/2021 09h57 Atualizado há uma hora



Pesquisadoras da Ufopa apresentando resultados do programa de Arqueologia nas Escolas — Foto: MPPA/Divulgação

Representantes das secretarias de Educação dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, no oeste do Pará, participaram de reunião na última quinta-feira (8) na 13ª Promotoria de Justiça para tratar de estratégias nos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

programas pedagógicos, que incluam a formação para o conhecimento e preservação do patrimônio histórico e arqueológico dos municípios.

Também participaram da reunião a promotora de Justiça Lilian Braga, titular da 13ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Santarém e representantes da 5ª Unidade Regional de Ensino. A iniciativa é parte de procedimento instaurado na promotoria para estabelecer parcerias que possam ser revertidas em políticas educacionais com objetivo de preservar a riqueza cultural e patrimonial na região metropolitana de Santarém.

Durante o encontro foi apresentado pelas pesquisadoras Anne Rapp Py-Daniel e Myrtle Pearl Shock, , da Universidade Federal Oeste do Pará (Ufopa) o programa "Arqueologia nas Escolas: Histórias da Amazônia", resultado de parceria entre a universidade e o Museu Paraense Emílio Goeldi.

O programa fomenta diálogos com a História e a Antropologia no âmbito educacional, com quatro publicações já lançadas: Arqueologia e suas aplicações na Amazônia; Uma Santarém mais antiga sob o olhar da Arqueologia; Descobrimos a Arqueologia; e Guia Arqueológico do Parque Estadual de Monte Alegre.

Experiência

Professores das escolas de São Sebastião do Murumurutuba e Irmã Dorothy falaram sobre a experiência de ter recebido o programa. As professoras Cláudia Laurido e Enilda Santos também apresentaram informações sobre sua interação com o "Arqueologia na Escola".

De acordo com a promotora de Justiça Lilian Braga, a ideia é apresentar parceiros com estratégias possíveis, como a Ufopa, para que os municípios possam desenvolver seus próprios projetos. Foi destacada a necessidade dos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

alunos terem acesso à publicações que tragam informações locais, sobre as comunidades e seu patrimônio.

Os representantes de Santarém, Belterra e Mojui dos Campos relataram quais experiências e ações que já estão sendo desenvolvidas na área de educação patrimonial nas escolas. E no prazo de 20 dias, devem informar ao MP por meio de relatório, como está sendo trabalhado o conteúdo sobre patrimônio histórico e cultural.

Um grupo de trabalho deve ser composto com as representações escolares, para discutir quais serão as ações necessárias para implantar a temática dentro do projeto político pedagógico das escolas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Operação da PF mira garimpo ilegal dentro da Terra Indígena Munduruku, no PA; uma pessoa foi presa

Além da prisão, os policiais federais também cumpriram três mandados de busca e apreensão em Itaituba, sudoeste do estado.

Por G1 PA — Belém

09/09/2021 22h54 Atualizado há 11 horas



Operação da PF mira garimpo ilegal dentro da Terra Indígena Munduruku, no Pará. — Foto: Reprodução / PF

A terceira fase da **operação Bezerro de Ouro**, deflagrada pela Polícia Federal (PF) nesta quinta (9), cumpriu três mandados de busca e apreensão e um de prisão expedidos pela Justiça Federal, em Itaituba, sudoeste do Pará.

A ação investiga garimpos ilegais de ouro no interior da Terra Indígena Munduruku, uma das mais devastadas pela atividade irregular na Amazônia.

Foram apreendidos aparelhos celulares, bloqueio e sequestro de bens. O alvo da operação não foi divulgado pela PF.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A Justiça Federal informou, por meio de assessoria, que a determinação dos mandados corre sob sigilo.

Segundo a PF, o inquérito policial que deu origem às medidas cumpridas nesta quinta investiga o crime de usurpação mineral - que prevê pena de prisão de um a cinco anos, além de multa.

Operação

A primeira fase da operação Bezerro de Ouro foi deflagrada em 6 de agosto de 2020. À época, foram seis mandados de busca e apreensão e sequestro de bens.

Em seguida, a segunda fase, em 25 de setembro daquele ano, foi uma ação conjunta da PF com a Força Aérea Brasileira, Exército e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), fazendo incursão dentro da TI Munduruku. O objetivo foi desativar garimpos ilegalmente instalados dentro da área protegida por lei.

Em nota, a PF disse que a legislação brasileira não permite a obtenção de lavras garimpeiras dentro de áreas demarcadas como Terra Indígena e que, por isso, os garimpos dentro destas áreas são alvos da operação e considerados ilegais.